

**EM TORNO DO PLURICENTRISMO DO PORTUGUÊS:
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS NORMAS
BRASILEIRA E EUROPEIA**

Maria Carmen de Frias e Gouveia (FLUC)
mariacarmen.defriasegouveia@gmail.com

RESUMO

Pretende-se, com este trabalho, e no âmbito do pluricentrismo da língua portuguesa, considerar as suas duas variedades mais conhecidas (brasileira e europeia) e analisar as principais diferenças existentes entre elas, não descurando – sempre que possível – as razões históricas para essa diversidade. Este tema é um item constante dos programas de disciplinas de Linguística da Universidade de Coimbra, mas igualmente de programas de Língua Portuguesa para Estrangeiros (níveis B2 e/ou C1 do QECRL), uma vez que muitos dos estudantes tiveram, conforme os seus países de origem, mais contacto com uma ou outra das variedades. Pretende-se evitar que “confundam” as normas que são, obviamente, tratadas em igualdade e absoluto respeito pela diversidade. Ao contrário do que se pensa, as diferenças gráficas são menos importantes e não causam qualquer dificuldade de compreensão entre os dois lados do Atlântico. Assim, depois de breves considerações sobre este aspecto, ter-se-ão em conta as diferenças existentes na Fonética e Fonologia (que, logicamente, têm influência na grafia utilizada em cada país), Morfossintaxe e Semântica e dar-se-á relevância ao Léxico, aquele que pode causar alguns problemas de intercompreensão entre brasileiros e portugueses. Entendem-se estas diferenças como uma mais-valia, que só enriquece a língua portuguesa no seu todo.

Palavras-chave:

Pluricentrismo. Português brasileiro. Português europeu.

ABSTRACT

The aim of this text, and within the scope of Portuguese as a pluricentric language, is to consider its two best-known varieties (Brazilian and European) and analyse the main differences between them, without neglecting – whenever possible – the historical reasons for this diversity. This theme is a constant item in the Linguistics syllabus at the University of Coimbra, but also in the Portuguese Language for Foreigners syllabus (levels B2 and/or C1 of the CEFR), since many of the students had, depending on their countries of origin, more contact with either one or the other of the varieties. The main point is to avoid “mixing” the language norms standards that are, obviously, treated with equality and absolute respect for diversity. Contrary to common belief, the graphic differences are less important and do not cause any understanding difficulty between the two sides of the Atlantic Ocean. So, after brief considerations on this subject, differences in Phonetics and Phonology (which, logically, have an influence on the spelling used in each country), Morphosyntax and Semantics will be taken into account and relevance will be given to the Lexicon, the one that can cause some understanding problems in communication between Brazilians and Portuguese. These differences are seen as an added value, which only enriches the Portuguese language as a whole.

Keywords:

Brazilian Portuguese. European Portuguese. Pluricentric languages.

1. Introdução

1.1. Português, língua pluricêntrica

O conceito de “língua pluricêntrica”, introduzido por Heinz Kloss em 1952 (na altura tendo como base as línguas germânicas), refere-se a um idioma que tem mais do que uma variedade normativa (também chamada língua-padrão), que funciona como “centro” – como o próprio nome indica – e cuja(s) variedade(s) se encontra(m) relacionada(s) com a identidade e a coesão social das comunidades de falantes que a(s) utilizam e nela(s) comunicam.

Mais tarde, em 1992, em *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*, Michael Clyne retomou o conceito, tendo-o alargado também a situações de imigração, línguas monoritárias, etc., em investigações posteriores.

Encontrando-se, na realidade, em vários continentes e com normas específicas, como língua oficial, e tendo vários “centros de difusão”, o idioma português enquadra-se perfeitamente no âmbito das línguas pluricêntricas.

Ainda que falado em praticamente todos os continentes, como se pode observar pelo mapa reproduzido abaixo, não há dúvida de que os países que o utilizam como língua diária e (quase) exclusiva na comunicação são o Brasil (a nação com o maior número de falantes de português) e Portugal¹⁶, razão pela qual nos mereceram maior atenção neste trabalho precisamente essas duas normas linguísticas, situadas de cada lado do Oceano Atlântico.

¹⁶ No território correspondente a Portugal, existem, além do português, duas línguas oficiais: o mirandês, ainda que de localização regional, junto à fronteira luso-espanhola, no Concelho de Miranda do Douro – a que deve o nome – situado no distrito de Bragança, e idioma esse com raízes no antigo Leonês; e a Língua Gestual Portuguesa, que difere da língua gestual do Brasil – Língua Brasileira de Sinais.

Figura 1: O português no mundo.



Fonte: Wikipedia: Geografia da língua portuguesa.

1.2. O português no mundo

Se tivermos em consideração os países em que a língua portuguesa é usada e o seu número de falantes (segundo os dados mais recentes para o ano de 2023, disponíveis em *Wikipedia*), encontramos a seguinte situação, por ordem decrescente:

Brasil: 218.064, 415

Angola: 36.995, 624

Moçambique: 33.669, 496

Portugal: 10.565, 824

Guiné-Bissau: 2.099, 750

Guiné Equatorial: 1.515, 134

Timor-Leste: 1.403, 874

Macau: 684, 898

Cabo Verde: 574, 459

S. Tomé e Príncipe: 234, 520

Estes números totalizam um universo de **305,807,994** utilizadores, o que coloca o português no grupo das línguas mais faladas em todo o mundo. E ainda que a língua portuguesa seja oficial nesses territórios, pode coexistir com outras línguas de diferentes origens: por exemplo, em Angola, com o umbundu, quimbundu e kikongo; em Moçambique, com o

macua, changana, etc. (todos pertencentes à família linguística bantu), com outras línguas oficiais ou mesmo com crioulos de base portuguesa (como ocorre em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau). Por outro lado, na Ásia, mais concretamente em Macau, que pertenceu a Portugal entre 1537 e 1999, ainda que poucas pessoas falassem português, houve um incremento no seu ensino, essencialmente por razões comerciais, e hoje cerca de 3% da população de Macau fala o nosso idioma como primeira língua e 7% da população é fluente. Os nomes nas placas das ruas e sinalização de estradas estão também escritos em português, sendo esta língua oficial ao lado do cantonês.

Mas o português é ainda utilizado noutros territórios do Oriente, nomeadamente em Goa, que foi colónia portuguesa até 1961, data em que foi anexada pela União Indiana, pelo que ainda é falado pelas pessoas idosas e, sobretudo, mais escolarizadas, embora já não seja oficial. Mas é aí ensinado também e há casos de jovens estudantes que vêm para Portugal expressamente para aprender melhor a língua em que costumavam falar com os seus antepassados. Por sua vez, em Malaca (na Malásia) subsiste um crioulo português: o papiá (= falar) cristão.

Em África, para além dos países de língua oficial já mencionados, o crioulo de Ano Bom encontra-se ainda na Guiné Equatorial.

2. A língua portuguesa no Brasil e em Portugal

Nas universidades portuguesas, e mais concretamente na Universidade de Coimbra, em que há, em cada ano, um número crescente de estudantes brasileiros (a frequentar cursos de Licenciatura, mas também de Mestrado e Doutorado/Doutorado) ou muitos outros (estrangeiros, de várias proveniências) que, tendo tido um primeiro contacto com a língua através de professores brasileiros, vêm para Portugal para conhecer a outra norma da língua, como é encarada a diversidade existente entre o português brasileiro e o europeu?

O português do Brasil é visto como uma importante variedade da língua portuguesa, pelo que o seu estudo (e também a distinção face à sua congénere europeia) tem sido feito nas várias disciplinas de Licenciatura (anteriormente, nos anos 90, na disciplina de Fonética e Morfologia do Português; nos nossos dias, no caso concreto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Variedades do Português), mas também nos níveis mais avançados do Português para estrangeiros (níveis B2 e

C1, mas – por vezes – B1, do QECRL, Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas).

São ambas variedades respeitadas, nunca se impondo as regras da norma europeia em detrimento da americana, e tenta-se que os estudantes (vindos de vários pontos do mundo e que tiveram professores de vários territórios de língua portuguesa) saibam conhecer os traços linguísticos de cada uma dessas variedades, de preferência sem as “misturarem”. No caso dos estudantes que frequentam a Universidade de Coimbra, os que provêm da América Latina, como é natural e seria expectável, aprenderam a norma brasileira, mas também tiveram professores falantes dessa variedade muitos alunos que aprenderam a nossa língua em países como o Japão, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, etc. Na Europa, normalmente (mas não exclusivamente), os professores são maioritariamente provenientes de Portugal.

Se é um facto que há duas normas diversas, quais são, então, as razões das principais diferenças existentes entre as duas variedades da língua portuguesa agora em apreço?

Há que ter presente, em primeiro lugar, que a língua que saiu da Europa para o Brasil no início do século XVI era muito diferente da que hoje conhecemos, a vários níveis: ritmo (mais pausado e mais coincidente com o da norma brasileira), a pronúncia das vogais era muito próxima da do hodierno português do Brasil, e mesmo alguns dos traços morfosintáticos, como a perífrase de Estar + Gerúndio ou o uso de pronomes possessivos sem artigo (de que falaremos mais pormenorizadamente no ponto 2.1.3 deste texto), eram normais na língua da época.

Com a Expansão que teve lugar anteriormente nos séculos XIV e, sobretudo, XV, a língua portuguesa recebeu a entrada de vários vocábulos antes desconhecidos (ex.: palavras oriundas das línguas exóticas com que os portugueses contactaram: *bambu*, *bengala*, *bule*, *chá*, *chita*, *cânfora*, *quiôscue*, etc. (Ásia); *batuque*, *cacimba*, *moleque*, *tanga*, *cachimbo*, *senzala* (África); e continuará a recebê-los ao longo dos séculos posteriores, como *abacaxi*, *canoa*, *colibri*, *mandioca*, *xícara* (Brasil e América).

Era, no entanto, já uma língua provinda de um século de mudanças, abandonando muitos arcaísmos e renovando, com a entrada de latinismos, o vocabulário¹⁷. Contudo, os colonizadores tinham pouca ou ne-

¹⁷ O século XVI (desde 1536) irá ser o período das primeiras gramáticas da língua portuguesa, como as de Fernão de Oliveira ou João de Barros (esta de 1540),

nhuma instrução e eram provenientes de vários pontos do país, tendo alguns dos seus traços deixado algumas influências na língua falada no Brasil.

Foi, portanto, uma língua um pouco mais modernizada, usada nos séculos XV-XVI, mas ainda diferente da de hoje, que foi levada para o Brasil, após a chegada de Pedro Álvares Cabral em 22 de Abril de 1500, ainda que a colonização seja posterior, sobretudo a partir da criação das 12 capitanias, nos anos 30 do século de Quinhentos.

Outro aspecto importante prende-se com as línguas já existentes no Brasil, no momento em que os portugueses começaram a sua colonização, e – mais tarde – com as variedades linguísticas ou mesmo línguas que vieram com a entrada de escravos provenientes de África, por exemplo.

Serafim da Silva Neto (como refere também Botelho, 2022) assinala 3 fases importantes na história linguística do Brasil:

– de 1532 a 1654 – isto é, desde o início da colonização até à data da expulsão dos holandeses –, a língua portuguesa conviveu com a língua indígena e com as línguas dos escravos africanos (como foi referido pelo Pe. José de Anchieta);

– desta data até à chegada da Corte portuguesa, em 1808, por exigência que fora feita à Família Real para a proteger das invasões francesas que estavam a ocorrer em Portugal: com a expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, houve um claro decréscimo da língua dos índios, com vantagens para o uso do português. Com a Corte viajaram cerca de 15 mil portugueses, o que veio reforçar o emprego do idioma e trazer, simultaneamente, traços linguísticos para o Rio de Janeiro, nomeadamente a pronúncia chiante do –s final das palavras;

– com a Independência do Brasil, em 7 de Setembro de 1822, o afastamento entre as duas nações (não só social, mas também geográfico, numa época em que as viagens eram longas e extremamente morosas) e a influência do Modernismo brasileiro em 1922, acentuaram-se – como é naturalíssimo – os traços linguísticos e valores nacionais e locais em detrimento dos do antigo colonizador.

Outro importantíssimo factor na origem da diferenciação entre as duas normas prende-se, desta vez, com as alterações ocorridas na norma

seguindo-se-lhes as ortografias, nomeadamente de Duarte Nunes de Leão, de 1576, e – do mesmo Autor – um trabalho sobre a origem da língua portuguesa, de 1606.

do português europeu dentro do seu próprio território, e que já nada tinha a ver com o que chegou ao Brasil nos já mencionados anos 30 do século de Quinhentos.

Entre as transformações ocorridas e que levaram à modernização da língua, não deixa de ser interessante a observação de D. Luís Caetano de Lima (*Grammatica italiana*, de 1734), que refere que os portugueses pronunciam [i] em vez de <e>, o que hoje é típico do Brasil e da região alentejana portuguesa, e <o> em [u], o que já ocorria desde cedo. Quanto ao primeiro caso houve, após meados do século XVIII, evolução para a vogal central neutra [ə] no território português. As inovações foram, assim, ocorrendo e generalizando-se mais tardiamente, pelo que já não afectaram o Brasil, já independente.

Como inovações do século XIX, com origem em Lisboa, encontram-se a pronúncia de <ei>, <-em> e <e> como vogal central fechada [ɛ] (nalguns casos na norma, como em tenho, vem, etc.) e que são mantidos com a pronúncia antiga [e] no Brasil.

A pronúncia mais recuada da consoante vibrante múltipla (*rei*, *carro*), registada já no século XIX em Lisboa – apesar de não ser muito bem recebida pelos falantes mais cultos na época – começou a espalhar-se, gradualmente, pelas cidades em inícios do século passado. A vibrante múltipla do português do Brasil, porém, é um pouco mais posterior do que a de Portugal, onde ainda surge, por vezes, com realização ápi-co-alveolar, à semelhança da consoante original do latim, de onde proveio.

Ambos estes traços estão, de certa forma, ainda em variação, o que pode constituir (ou não) uma mudança em curso na língua dos nossos dias.

A segunda pessoa do plural desapareceu na norma do português europeu, tendo neste caso essa alteração sido alargada ao Brasil, mas encontra-se ainda atestada em regiões muito conservadoras de Portugal, como Trás-os-Montes, algumas zonas da região do Douro ou Beira Alta (*vós estais*, *vós sois*, *vós fizestes*), mesmo em falantes jovens escolarizados.

O mais-que-perfeito simples do Indicativo vai rareando tal como o emprego do Futuro do Indicativo, cada dia mais frequentemente substituído pelo Presente (*Vou logo ao cinema. Amanhã estou em Lisboa*, em lugar de *Irei logo ao cinema* ou *Amanhã estarei em Lisboa*) ou o uso do Imperfeito do Indicativo pelo Condicional (*Eu fazia isso* por *Eu faria is-*

so), sobretudo na linguagem oral. É possível que a mesóclise que ocorre nestes dois últimos tempos verbais (por exemplo, *dir-lhe-ei, fá-lo-iam*, enquanto no Brasil se utilizaria *lhe direi e o fariam*), muitas vezes sentida como difícil por alguns falantes portugueses, possa ter conduzido a um uso mais reduzido desses tempos, relegados normalmente para registos de língua mais cuidados.

Verifica-se ainda um notório fechamento, quase total, das vogais átonas do português europeu, o que o torna muito “consonântico”. Basta comparar como as palavras “querer” ou “morar” são pronunciadas dos dois lados do Atlântico, para se notar claramente que soam como totalmente equivalentes a “crer” e “murar” em Portugal, quando no Brasil são perfeitamente diferenciadas destas últimas, à semelhança do que ocorria em fases mais antigas da história linguística do português.

2.1. Análise das diferenças entre as duas normas (brasileira e europeia), com referência ao percurso linguístico do português

Se ouvirmos uma conversa entre um brasileiro e um português imediatamente nos apercebemos de que, apesar de falarem indubitavelmente a mesma língua, se encontram – na sua interação comunicativa – diferenças, a vários níveis, entre o uso que ambos fazem dessa língua comum.

Essas diferenças, como veremos, ocorrem nas várias áreas linguísticas, para além da grafia (que originou, no último século, várias tentativas de uniformização, mas unificação essa que é já, por tardia, totalmente impossível nos nossos dias). As diferenças verificam-se, muito mais claramente, na pronúncia, na estrutura da frase e, por vezes, no seu sentido, mas, como veremos, sobretudo no léxico.

2.1.1. Grafia

A grafia é, na realidade, a representação visual da Fonética e Fonologia de uma dada língua ou variedade linguística. Ora, se a pronúncia entre as duas normas brasileira e portuguesa não é coincidente, é perfeitamente aceitável que a grafia o não seja também, à semelhança do que ocorre com o inglês britânico e americano, só para dar o exemplo de outras línguas mais faladas em todo o mundo.

As diferenças ortográficas entre Portugal e o Brasil remontam à reforma ortográfica de 1911 (apesar de ter havido uma reforma unilateral, no Brasil, em 1907), adoptada apenas em Portugal, uma vez que a Academia Brasileira de Letras que, em 1915, aprovou essas deliberações, veio a recuar na sua aplicação em 1919.

Após vários avanços e recuos, o primeiro acordo ortográfico luso-brasileiro, proposto pela Academia Brasileira de Letras, foi assinado em 30 de abril de 1931. Os dois países foram adoptando e abandonando algumas disposições desse acordo (Portugal no que diz respeito às consoantes “mudas”), até que foi assinada a Convenção Ortográfica de 1945, não totalmente respeitada pelo Brasil. No ano de 1967, Coimbra acolheu o 1º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, que preconizou um novo acordo entre Portugal e o Brasil, de modo a solucionar as divergências, mas em que cada parte deveria fazer concessões. Bem acolhido no Brasil, foi ignorado em Portugal.

Em 1971 as duas Academias estabeleceram um acordo limitado, aceite nesse ano no Brasil, mas só dois anos depois em Portugal (com alterações mínimas, como a supressão dos acentos nas palavras terminadas em -mente, -zito e -zinho e respectivas formas femininas destes dois últimos sufixos) e que, pelo menos, apresentava coerência na aplicação das suas regras. Posteriormente, delineou-se um outro projecto de acordo, em 1975, que veio a servir de base ao de 1986. Este acordo, de que todos nos recordamos, pleno de incoerências, sofreu críticas duras por parte das personalidades da cultura, sobretudo em Portugal, criando uma acesa polémica. Pensava-se, com esse acordo, solucionar o problema das duas grafias oficiais, mas não chegou a haver consenso e o projecto foi abandonado.

Com algumas modificações face ao de 1986, em 12 de outubro de 1990 foi aprovado em Lisboa o último Acordo entre Portugal, Brasil e países africanos de expressão portuguesa, assinado uns meses mais tarde, em 16 de dezembro (com protocolos modificativos em julho de 1998 e julho de 2004 – este último incluindo já Timor-Leste). O Brasil subscreveu-o em outubro de 2004, Cabo Verde em abril de 2005 e, em dezembro de 2006, S. Tomé e Príncipe juntou-se a estes dois Estados, viabilizando o Acordo. Portugal, que tinha ratificado inicialmente apenas o primeiro Protocolo Modificativo do Acordo, decidiu ratificar também o segundo, que foi aprovado pela Assembleia da República em 16 de maio de 2008, possibilitando assim a entrada em vigor, nos países lusofalantes que o ratificaram, do normalmente designado “novo” Acordo Ortográfico.

Continuando a existir grafias duplas e as duas possibilidades a vigorar em Portugal e no Brasil ficou claro que é impossível a uniformização pretendida e, portanto, mantêm-se – em muitos casos – as diferenças que já havia (como em gênero/género, econômico /económico, etc.) e outras mesmo foram criadas pelo próprio Acordo Ortográfico (como aspecto/aspeto; recepção/receção, etc., que – ainda com pronúncias diferentes – se escreviam de modo idêntico nas duas normas.

Assim, ao contrário do que muitos pensarão, a grafia continua a apresentar divergências, que são fruto de vários anos de diferentes pronúncias em cada um dos dois países, o que traduz também, a nosso ver, mais uma riqueza linguística do que um problema, tanto mais que essas diferenças nunca impediram aos falantes de uma das normas a leitura e compreensão de textos elaborados na grafia da outra.

2.1.2. Fonética/Fonologia

A pronúncia (ou “sotaque”, como normalmente é referido coloquialmente) é, logo à partida, uma das diferenças mais claras quando ouvimos falar um brasileiro ou um português. Vejamos alguns dos principais traços diferenciadores.

Em Portugal há distinção de pronúncia entre <a> aberto e fechado, como ocorre na primeira pessoa do plural dos verbos da 1ª conjugação (*cantámos/cantamos*) ou em *pára/para* (ainda que com o novo Acordo tenha deixado de haver distinção gráfica entre a forma verbal e a preposição e, no caso do exemplo anterior, a grafia com <a> ou <á> seja opcional), ao contrário do que ocorre no Brasil e que mostra um sinal de conservadorismo da variante não europeia.

Conservadorismo é, ainda, o facto de que as vogais não acentuadas são perceptíveis no Brasil (a, e, i, o, u) enquanto em Portugal ficam quase inaudíveis para um estrangeiro e são maioritariamente [ɐ], [ə], [i] e [u] (Note-se que *corar*, *pregar* e *padeiro*, entre outras, subsistem com a vogal aberta somente por razões históricas, por provirem de crase nos hitos de *coorar*, *preegar* e *paadeiro*). Em posição final, os portugueses somente pronunciam [ɐ], [ə] e [u] e não [a], [i] e [u] como no Brasil.

A transformação de -e em [i] é também outro exemplo de conservadorismo brasileiro, tal como a pronúncia de [ej] para o ditongo presente em *primeiro* ou *janeiro*, mas outras vezes reduzido a uma só vogal (“primero”, que se ouve igualmente na região do Alentejo, em Portugal)

e de <e> antes de <lh>, <nh>, <ch> ou <je/ge>: em Portugal pronuncia-se [ɐ], excepto antes de <lh> na região de Coimbra (onde continua a ser pronunciado [e]), embora a pronúncia [ɐ] esteja a generalizar-se noutros pontos do país.

Por último dentro das características conservadoras do português do Brasil, -s e -z em final de sílaba são pronunciados na maior parte do território brasileiro como [s] ou [z]. (ex.: *dois, fez*), característica que partilha com a zona portuguesa da Guarda e que poderá ser daí originária, embora no Rio de Janeiro, por exemplo, se pronuncie como em Portugal ([ʃ], como “chiante”), certamente pelo facto de aí ter permanecido a Corte, vários anos, até à independência. Por exemplo, quanto a s + c no interior de palavra, a pronúncia do Brasil assemelha-se à da zona da Beira Alta: “de[s]er”, “cre[s]er”, “na[s]imento”, pronúncia comum na língua antiga até ao século XV.

Outras características são já típicas do Brasil: as vogais tónicas <e> e <o> seguidas de uma consoante nasal pronunciam-se como fechadas (*gênero, tênis, econômico, Polônia*), fenómeno que tem consequências ortográficas (cf. PE: *género, ténis, económico e Polónia*, por exemplo); nasalização da vogal que precede uma consoante nasal da sílaba seguinte (“cãma”), mas [ɐ] na norma portuguesa.

Em final de sílaba, <r> é realizado como uma vibrante recuada; em registos mais familiares, o português do Brasil tende a suprimir o <r> no final das palavras; ex.: *doutô (doutor), dizê (dizer)*; no interior de sequências de consoantes como <pn>, <ps>, <tm>, surge a introdução de vogal anterior para quebrar os encontros consonânticos (ex.: p[i]neu, p[i]sicologia, rit[i]mo).

Uma clara inovação brasileira é a pronúncia de <ti> e <di> como [tʃi] e [dʒi] e o mesmo acontece com <te> e <de> em posição final (ex.: *tio* (soando como *tchio*), *diferença (djiferença)*, *sentí (sentchi) verdade (verdadji)*, etc.), situação que não acontece em Portugal, onde [t] e [d] são pronunciadas como oclusivas dentais simples. Essa pronúncia não se verifica, por exemplo, na região de São Paulo, onde se pronuncia como dental também, mas [ti] e [di].

Em final de sílaba, <ɻ> pronuncia-se vocalizado como *u* (por exemplo: Brasi[w], melga – me[w]ga), Portuga[w]), o que reforça a ideia de se verificar uma maior vocalização no Brasil, como notou Rosa Virgínia de Mattos e Silva. Curiosamente, não deixa de ser interessante que na região portuguesa do Alto Minho se tenham registado há algumas déca-

das, em falantes mais idosos e menos escolarizados, Abe[w], Manue[w], e até ca[w]ças, ca[w]do, etc. (Cf. BOLÉO; SILVA, 1958). Teria havido alguma influência da forte emigração dessa zona para o Brasil que, não tendo propriamente “criado” o traço, possa ter ajudado a sua preservação?

Em meios menos prestigiados, o -s de plural nem sempre é articulado: *meus amigo, minhas filha, os carro*, por exemplo, mantendo-se contudo nos pronomes possessivos e artigos. Este uso é inexistente em Portugal, mesmo em falantes sem escolarização.

É ainda inovação brasileira o acrescento de /i/ antes de -s ou -z finais (mas > “mais”, paz > “paiz”) e, possivelmente, a já mencionada pronúncia mais recuada de /r/.

Expectável é ainda que tenha havido influência de línguas indígenas ou africanas na entoação brasileira e até nalguns traços que se ouvem em meios menos escolarizados ou situações mais coloquiais: a passagem de *milho* a “miio”, ou de *filho* a “fiio”, por exemplo, com vogal e semivogal [ij]; assimilação de nd > n (“andano” a já referida perda de -r ou -s finais, a neutralização de /r/ e /l/ (“animar”, por *animal*; “craro”, por *claro*, etc.).

2.1.3. Morfossintaxe e Semântica

A nível da morfologia e da sintaxe-semântica, são conservadores o emprego brasileiro de Estar + Gerúndio (*estou falando* = *estou a falar*) e o uso dos possessivos sem o artigo a precedê-los (*meu carro, minha mãe*), ao contrário do que ocorre em Portugal.

Verifica-se ainda diferente emprego de algumas preposições, sobretudo EM (*foi no cinema*, enquanto em Portugal se usa *foi ao cinema*), *chegou no Brasil (ao Brasil)*, *vou na faculdade (à faculdade)*.

Também se encontra o emprego de estruturas com complemento indirecto em vez de directo como em Portugal (*Posso lhe ajudar?* = *Posso ajudá-lo/a?*).

Nos demonstrativos é preferida a forma “esse, essa” por “este, esta” do português europeu.

Os pronomes complemento, sobretudo os de terceira pessoa – *o, a, os, as* – estão a desaparecer no Brasil, preferindo-se, em seu lugar, o pronome sujeito correspondente (*Eu vi ela aqui*), ou ainda o apagamen-

to do pronome complemento (*Eu vi aqui*), possivelmente por influência africana.

A preferência pela próclise (anteposição do pronome ao verbo, ao contrário do uso português) ou emprego dos clíticos no início da frase, salvo nos de *o, a, os, as* (*Lhe falei ontem, Me empreste esse CD*).

Encontram-se ainda diferenças no género gramatical, tanto em palavras de género único como nas que têm referentes sexuados. Enquanto que no Brasil *sanduíche, omelete* ou *pen-drive* são masculinos, em Portugal emprega-se o feminino. E, no português europeu, em que não se usa *grama* para relva, o mesmo vocábulo, como unidade de peso, está a generalizar-se como feminina; a *mídia* é, em Portugal, os *media*. Com seres vivos, ao passo que no Brasil encontramos *espiã* e *tigresa* como femininos de *espião* e tigre, em Portugal as formas são *espia* e, maioritariamente, *tigre fêmea*.

Na norma portuguesa, a conjunção SE, em orações condicionais, obriga a uma anteposição do pronome. Assim, a estrutura “Se você *criá-las* certo...” do português brasileiro teria, na norma portuguesa, o emprego “Se você *os criar* certo...”, por exemplo.

Você (por vezes simplificado em “cê”) é usado como forma de tratamento informal (equivalente a *tu*) na norma brasileira. Aí, com a expansão do *você* e do *a gente* como pronomes pessoais e com a redução do uso do *tu* e do *vós*, a 3ª pessoa verbal generalizou-se, sendo as pessoas verbais quatro (excepto em camadas não escolarizadas, em que se reduzem, por vezes, a duas): *eu trabalho /ele, você, a gente trabalha / nós falamos, eles, vocês trabalham*. Contudo, nalgumas áreas dialectais brasileiras, usa-se o *tu*, na fala corrente com o verbo na 3ª pessoa (*tu fala*) – o que não é raro encontrar, em usos menos cuidados, por vezes, até em falantes cultos – e, em reduzidas áreas (talvez a mais forte seja o litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o *tu* usa-se como em Portugal: *tu falas*, possivelmente um conservadorismo que permaneceu da época em que o Brasil e Portugal eram um só Reino.

Em Portugal, o uso de *você*, dependendo da região, pode ser sentido como um tratamento de alguma formalidade (em Lisboa, por exemplo) ou mesmo ser visto de modo muito negativo, considerando-se até indelicado, como ocorre não raramente entre falantes mais velhos e/ou mais escolarizados da região de Coimbra. Porém, essa “ofensa” não é sentida se a forma “você” for usada por um falante brasileiro; só se o for por um português.

É comum no português do Brasil o uso impessoal do verbo *ter* no sentido de *haver* (*Tem 20 alunos nessa sala*), que também surge na língua portuguesa (falada, sobretudo) em África.

2.1.4. Léxico

Para além de outros tupinismos, oriundos da língua indígena do Brasil, são característicos os vocábulos que se encontram no Brasil, sobretudo no âmbito da Antroponímia (como *Ubirajara*, *Juçara*) e Toponímia (*Cuiabá*, *Paraguaçu*), mas ainda nalgumas designações de elementos da fauna (capivara, araponga, arara) e da flora (*aracajú*, *capim*), por exemplo.

Alguns vocábulos mais conservadores a par de outros, muito expressivos, que constituem criações brasileiras: *pegar uma praia* (Portugal, *ir à praia*, *fazer praia*), *cair na piscina* (*atirar-se* para a piscina), o *orelhão* (a cabine telefónica), etc.

É, sem dúvida, na área linguística do vocabulário que os falantes de ambos os lados do Atlântico podem sentir dificuldades de compreensão, e não nas outras áreas linguísticas, tanto mais que essas divergências vocabulares se podem encontrar em variadíssimas áreas semânticas do quotidiano (alimentação, vestuário, profissões, meios de transporte, desporto, etc.).

Léxico, com palavras diferentes para a mesma realidade, como nos seguintes exemplos (que poderiam ser milhares): *café da manhã* / *pequeno-almoço*, *gelado* / *sorvete*, *contador* / *contabilista*, *motorista* / *condutor*, *sunga* / *calções de banho*, *maiô* / *fato de banho*, *garçom* e *garçoneite* / *empregado* ou *empregada de café* ou *restaurante*, *juiz* / *árbitro*, *goleiro* / *guarda-redes*, *camisola* / *camisa de dormir*, *paletó* / *casaco*, *durex* / *fitacola*, *camiseta* / *T-shirt*, *celular* / *telemóvel*, *açogue* / *talho*, *botar* / *pôr*, *resfriado* / *constipação*, *ônibus* / *autocarro*, *trem* / *comboio*, *ponto* (de *ônibus*) / *paragem*, entre inúmeros outros exemplos.

3. Conclusões

Separados geograficamente pelo Atlântico, e ainda política e administrativamente desde a independência do Brasil, este País e Portugal partilham, contudo, um Património Linguístico de enorme importância, que cabe a todos (brasileiros e portugueses) preservar e respeitar.

Não são, portanto, o geralmente chamado “sotaque” ou a grafia os responsáveis pelas eventuais falhas de comunicação que, ocasionalmente, possam existir entre falantes de português brasileiro e europeu e sim a riqueza do vocabulário, que – como dentro de Portugal, onde existem, por vezes, designações diferentes para a mesma realidade – apresenta, algumas vezes, traços expressivos próprios, influências de variedades locais, etc.

O português do Brasil tem a interessante característica de combinar, conservando-os, graciosos traços do português quinhentista (a nível fonético e morfossintático, sobretudo, mas ainda lexical, como nos vocábulos *botar*, *enxergar*, *açougue*, etc.) com um pendor de maior expressividade (*o orelhão*, ainda que o *celular* / *telemóvel* já o esteja a tornar obsoleto...) e ainda com o uso de vários estrangeirismos, normalíssimos num mundo globalizado como aquele em que vivemos. Revela-se, assim, esta variante como um riquíssimo contributo para o todo que coloca o idioma português entre as mais faladas línguas do mundo, onde – aliás – ocupa um lugar cimeiro.

O futuro não o sabemos, mas, para já, trata-se ainda de um só idioma (o português), com uma variação geográfica que se traduz numa enorme riqueza linguística e patrimonial, essencialmente a nível do vocabulário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, José Mario. *História externa da língua portuguesa e a formação do seu léxico*. Rio de Janeiro, Autografia, 2022.

CLYNE, Michael (Ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin, Mouton de Gruyter, 1992.

GOUVEIA, Maria Carmen de Frias e. Ainda o género gramatical dos substantivos e adjectivos em Portugal e no Brasil. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, v. V (2ª série): *Universidade – um passado com futuro*, p. 263-76, Coimbra, 2007.

KLOSS, Heinz. *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800* (“O desenvolvimento de novas línguas culturais germânicas desde 1800”), 2. ed. Düsseldorf, Padagogischer Verlag Schwann, 1978 [1ª edição: 1952].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*, 4. ed. Rio de Janeiro, Presença, 1986.

RIO-TORTO, Graça. Desafios do português ‘popular’ do Brasil no século XXI. *Laborhistórico*, 7 (Especial), p. 254-81, Rio de Janeiro, 2021.

_____. (Ed.). *Português brasileiro e português europeu: um diálogo de séculos*. Universidade Politécnica de Macau / CELGA-ILTEC, 2022.